

Casagrande entrega relatório sobre atualização da Lei do Cooperativismo

O senador Renato Casagrande (ES) entregou nesta quarta-feira (21) à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seu relatório aos Projetos de Lei do Senado 3 e 153, de 2007, que tratam das sociedades cooperativas. O relatório em forma de substitutivo a esses dois projetos revoga a Lei 5.764, de 1971, a chamada Lei Geral do Cooperativismo, mantendo apenas o artigo 79, que define o ato cooperativo.

Segundo Casagrande, o texto atualiza a legislação do setor que já foi superada pela Constituição de 1988 em todos os aspectos que dizem respeito à tutela do Estado sobre o sistema cooperativista. Ele propôs a criação de Certificados de Crédito Cooperativo (CCC), títulos com características parecidas com debêntures, com remuneração por meio de juros e sem participação nos resultados da cooperativa.

Em seu parecer o senador derrubou a proposta de moratória que constava nos dois PLS, nos moldes da antiga concordata. Conforme Casagrande, isso poderia inviabilizar empréstimos para o setor junto ao sistema financeiro. Dessa forma, ele manteve a orientação da Lei 5.764, em que a execução de dívidas segue as regras do Código de Processo Civil.

O substitutivo prevê, entre outros dispositivos, que as cooperativas podem se associar livremente a entidades nacionais de representação do sistema, desde que obedeçam a critérios como contar com três cooperativas em cada unidade da federação. Também ficou mantida no texto a possibilidade de parcerias das cooperativas com empresas privadas para empreendimentos específicos.

Pela proposta em análise na CCJ, uma das mudanças no funcionamento do sistema é que o registro do ato constitutivo da cooperativa será na Junta Comercial e não mais em cartório. A medida vai facilitar o registro das entidades, levando-se em conta o processo de descentralização das juntas em todos os estados.

Para Casagrande, a conclusão do relatório na CCJ é um passo importante para a aprovação da proposição que está em discussão há anos no Legislativo e que agora pode ser votada, já que é fruto de entendimentos com representantes das cooperativas e do governo federal. "Recebemos sugestões da OCB, Unicafe e governo, muitas delas foram acolhidas nessa matéria que preenche uma lacuna existente na política nacional de cooperativismo em vigor há 38 anos", disse.



Valadares parabeniza nova diretoria e promete apoio às causas da Confederação dos Pescadores

O senador Antonio Carlos Valadares (SE), na condição de líder do PSB, parabenizou nesta quarta-feira (21) o novo presidente eleito da Confederação Nacional dos Pescadores, Abraão Lincoln, e garantiu apoio às suas causas. A principal reivindicação é reduzir o atraso tecnológico que separa as pescas fluvial e marítima. "Aqui no Congresso vocês encontrarão apoio, pois compreendemos suas demandas e acreditamos que apoiar atividades no interior do país é de maior importância para o desenvolvimento igualitário deste Brasil", afirmou o senador.

O novo presidente da Confederação é nordestino e preside a Colônia de Pescadores do Rio Grande do Norte. No Sul do país prevalece a pesca marítima, enquanto que no Norte e Nordeste é a fluvial. Os pescadores alegam que enquanto no Sul opera-se com a ajuda de sonar e radares, o Norte e Nordeste carecem dessas tecnologias e o pescador tem que contar somente com sua intuição.

Ao mesmo tempo em que pediram providências para acesso aos instrumentos tecnológicos que elevam o patamar da atividade pesqueira, os integrantes da Confederação anunciaram a criação de uma nova diretoria, que vai cuidar dos direitos das mulheres pescadoras e atuará em todo o país.

Valadares destacou que o atual governo tem prestigiado a categoria, inclusive com a criação do Ministério da Pesca e com a edição das leis da Pesca e das Colônias de Pescadores e que "poderemos ser um país mais justo e feliz quando todas as ocupações forem respeitadas".

Na breve reunião ocorrida na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), estavam presentes representantes dos pescadores de vários estados da federação, inclusive o presidente da Federação Sergipana de Pescadores, Marcos Menezes.



Valadares lembrou que enquanto governador de Sergipe acompanhou de perto "a luta de vocês, que vivem às margens do Rio São Francisco, com as dificuldades advindas com a construção de hidrelétricas que reduziram a piscosidade do rio, mas que enfrentaram os problemas e continuam incentivando atividade tão relevante para manter o homem em seu habitat, evitando o êxodo rural e a inchação das grandes cidades que o expõe ao desemprego e à violência".